

Ata Sumária 152 - 143ª Reunião Ordinária

Data, Hora e Local :

Em 14 de Dezembro de 2007, às 09:00 horas, no Auditório Martin Schmeling.
à Rua Blumenau, 05 – Bairro São João, em Itajaí - SC.

EXPEDIENTE

1 – Abertura e verificação do número de presenças

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretario Executivo do CAP, fiz a verificação dos presentes e constatei que havia quorum para abrir a reunião, ou seja, superior a metade mais um dos membros do Conselho, representando pelo menos três blocos, conforme lista de presença abaixo. Relatei que justificaram ausência os Srs. Henrique Malta, Léo Schappo e Marcio Bastos, em seguida foi passada a palavra para o Sr. Presidente que declarou aberta a reunião.

BLOCO I - PODER PÚBLICO

Governo Federal	FERNANDO RÉGIS DOS REIS
Governo do Estado	
Prefeitura Municipal	

BLOCO II - OPERADORES PORTUÁRIOS

Administração do Porto	MARCELO WERNER SALLES ANSELMO JOSÉ DE SOUZA
Instalações Privadas	LUCIANO ANGEL RODRIGUES
Armadores	JORGE CARDENAS
Operadores Portuários	MARCIO GUIOT BRAGA MARTINS PEREIRA SILVIO RICARDO RAVALI

BLOCO III - CLASSE DOS TRABALHADORES

Trabalhadores Portuários	VALTER CUNHA MODESTO POLEMON OTTOBONI
Trabalhadores Portuários Avulsos	SAUL AIROSO DA SILVA LAERTE MIRANDA FILHO

BLOCO IV - USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Exportadores e Imp. de Mercadorias	JONAS GERMANO SCHMIDT
Proprietários e Cons. Mercadorias	JOSÉ GAMEIRO CAMARGO OSVALDO DE CARVALHO FILHO CHRISTIAN WERNER NEUMANN ECLÉSIO DA SILVA
Terminais Retroportuários	ROGÉRIO FORTUNATO FABRICIO GOMES PHILIPPI

Convidados

ANTAQ-SC	SILVIO VARELLA
Delegacia da Capitania de Portos	CC MARCIO DE SOUZA
Secretário Executivo do Cap	LEÔNIDAS GOMES FERREIRA

2 – Leitura e aprovação da ata da reunião de 09/11/2007

O Sr. Presidente solicitou correção na ata referente ao comentário do Sr. Marcelo Werner Salles sobre o item IV da pauta da reunião anterior. Após correção a ata será passada a todos os conselheiros, via e-mail para aprovação.

3 – Correspondências, notícias, comunicações, indicações e propostas recebidas pelo Presidente do CAP, Superintendência do Porto de Itajaí ou de algum Conselheiro, tidas como relevantes e necessárias ao conhecimento do plenário:

a) Relatório Mensal

Sr. Presidente informou que o Relatório Mensal foi distribuídos a todos conselheiros, dispensando sua leitura e que o mesmo encontra-se na integra disponível no site: www.portoitajai.com.br.

b) Ofício 133/2004 – CONPORTOS/MJ

Sr. Marcelo Werner Salles comenta sobre o conteúdo do ofício, informando que as regras do ISPS CODE são para serem cumpridas.

O Secretário Executivo informou que as correspondências estão a disposição dos conselheiros nos arquivos da Secretaria do CAP.

ORDEM DO DIA

1 – Apresentação do programa de expansão do TECONVI

Sr. Marcio Guiot realizou apresentação do programa destacando as seguintes obras: demolição das edificações; construção de um novo berço de atracação com 285 metros e o reforço estrutural do cais existente em 250 metros que permitirão a atracação simultânea de navios com até 270 metros; ampliação das áreas de armazenagem em 38.000,00 m²; inclusão de 600 novas tomadas para contêineres reefers; investimentos em novos equipamentos (portêineres); informatização das operações portuárias (investimentos em sistemas computacionais, infra-estrutura e cabeamento lógico e equipamentos). Comenta ainda que o prazo estimado para conclusão do projeto de expansão do Teconvi é de 18 meses, contados a partir da conclusão da demolição das construções que estão na Área C (Metropol e Itavel). Finaliza a apresentação mostrando a maquete eletrônica da nova sede e pier da Delegacia da Capitania de Portos em Itajaí.

2 - Parecer do Grupo de Trabalho sobre o monitoramento de contêineres reefers

Sr. Luciano Rodrigues informou que o Grupo de Trabalho reuniu-se com as empresas de monitoramento de contêineres reefers que apresentaram a proposta de redução da taxa de R\$ 15,00 para R\$ 10,00, que foi rejeitada. O Grupo de Trabalho sugere ao CAP que seja retornada a primeira Deliberação em que o Operador Portuário responsável pela operação do navio seja também responsável pelo monitoramento dos contêineres reefers e pela manutenção das tomadas. Sr. Jorge Cárdenas solicita registro de que o setor que representa é contrário ao parecer do Grupo de Trabalho.

Decisão do CAP

O Sr. Presidente colocou a matéria em votação após todos os conselheiros opinarem e não chegarem a uma decisão consensual. O resultado da votação foi pela aprovação do parecer do Grupo de Trabalho, tendo os seguintes resultados: bloco 1 – sim; bloco 2 – sim; bloco 3 – não; e bloco 4 – sim.

3 – Parecer do Grupo de Trabalho sobre a Resolução 858 da ANTAQ

O Sr. Luciano Rodrigues relatou que recebeu o parecer técnico da ANTAQ concluindo que o terminal Portonave encontra-se fora da área do porto organizado. Porém, é entendimento dos técnicos da ANTAQ que os navios atracados estão dentro da área do porto organizado, sendo obrigatória a utilização de mão-de-obra avulsa dentro dos navios. O conselheiro informa que o documento é um parecer técnico da Superintendência de Portos da ANTAQ que ainda seguirá para a Assessoria Jurídica daquela agência, sendo, em seguida ao parecer jurídico, encaminhado para decisão da diretoria.

Comentário dos Conselheiros

Sr. Saul Airoso informa que nas reuniões em que participou na ANTAQ já havia a decisão e comenta que a Portonave não está respeitando as normas relativas ao ISPS Code, à Autoridade Portuária e à utilização de Mão-de-obra.

Decisão do CAP

O Grupo de Trabalho irá fazer expediente divulgando o documento da ANTAQ.

4 – Parecer do Grupo de Trabalho sobre a minuta da Norma de Utilização da Infra-estrutura Aquaviária

O Sr. Luciano solicita, em função das entidades envolvidas não apresentarem suas propostas, mais tempo para análise dos dados apresentados pela autoridade portuária.

Decisão do CAP

O GT deverá apresentar proposta na próxima reunião.

5 - Exposição do resultado da VED (Vistoria Especial Determinada) realizada nos Rebocadores portuários em operação na região, após reclamações relatadas pelos Práticos

Sr. CC Marcio de Souza informou que a Delegacia da Capitania de Portos realizou a vistoria nos rebocadores em operação na região de Itajaí.

6 - Notas explicativas sobre “Operações entre PMI/Secret. e Semasa” , do item das Despesas Correntes do Relatório Financeiro

Sr. Francisco Paulo, Gerente Financeiro, informou que este desmembramento é realizado para fins orçamentários. Nos anos anteriores estes itens eram lançados como “encargos diversos”. Sr. Marcelo Werner Salles informa que os programas, como o DST/AIDS, fazem parte da demanda ambiental, e que a participação do porto no programa de manutenção da “Escola de Dança Alice” para crianças carentes, foi definida por Lei Municipal.

7 - Detalhamento das “sentenças judiciais” apresentadas no item das Despesas Correntes do Relatório Financeiro

Sr. Fábio da Veiga, Assessor Jurídico, informou que as ações judiciais trabalhistas contra a Superintendência do Porto de Itajaí, por parte de empregados em exercício e ex-empregados, propostas nos últimos anos foram : 33 em 2005, 26 em 2006 e 46 em 2007. Destacou as decisões da administração portuária que provocaram ações judiciais: 1 – Em 2005, a administração verificando o número de horas extras praticadas, determinou mudanças que culminaram com a diminuição considerável de horas extras; 2 - Toda e qualquer falta sem justificativa médica está sendo objeto de sindicância e processo administrativo. Esta decisão resultou em diminuição de faltas, sendo que diversos servidores tiveram punições; 3 – Em dezembro/2006, com o intuito de diminuir o número de repousos remunerados trabalhados, foram implementadas escalas que eliminaram a necessidade de trabalho em repouso; e 4 – A redução de horas extras e repousos remunerados, conseqüentemente, resultaram em redução dos vencimentos e na insatisfação de muitos funcionários. Destacou também que as matéria das ações trabalhistas que merecem destaques são: 1 – Adicional de tempo de serviço; 2 – Intervalos intra-jornadas e entre-jornadas; 3 – Incorporação de horas extras; e 4 – Adicional de risco. Informa ainda que, os valores das Ações Trabalhistas e Civis pagas e a pagar são: em 2005 – R\$ 167.992,95; em 2006 – R\$ 171.075,94; em 2007 – R\$ 1.368.560,33 (sendo R\$ 1.321.212,05 de precatórios); em 2008 – R\$ 111.159,37; em 2009 – R\$ 292.102,84. Há também valores bloqueados judicialmente, com montante de R\$ 155.828,82, provenientes de Sentença do TRT que determinou o pagamento de condenações trabalhistas através de precatório (AT 1869-2006-022).

ASSUNTOS GERAIS

I – Assuntos importantes necessários ao conhecimento do plenário

Sr. Jonas Schmidt informou sobre a decisão do CAD no caso do THC2 cobrado no Porto de Santos e que esta decisão também pode ser aplicada para Itajaí.

Nada mais havendo a tratar a Sr. Fernando Régis dos Reis deu por encerrada a reunião e marcou a próxima reunião do CAP para o dia 15 de Fevereiro de 2008, às 9:00 horas.

VI Encerramento

Eu, Leônidas Gomes Ferreira, Secretário Executivo do CAP, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Sr. Presidente. Itajaí, 14 de Dezembro de 2007.